MEZ 4
Energia S.A.

Demonstrações
financeiras em 31
de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações do resultado	**7**
Demonstrações do resultado abrangente	**8**
Demonstrações das fluxos de caixa	**9**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**10**
Demonstração do valor adicionado	**11**
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	**12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
MEZ 4 Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 4 Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 4 Energia S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual
Veja as notas explicativas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras

Assunto
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R$ 89.541 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo contratual.

A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos,
a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.

Devido à relevância do saldo do ativo contratual e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual;

- Análise dos fatores considerados na adoção inicial da modelagem para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental e análise qualitativa dos custos incorridos;

- Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas.

- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	385	7.437
Contas a receber	5	130	-
Almoxarifado		704	-
Partes relacionadas	13	109	-
Tributos e contribuições a compensar		29	-
Ativo contratual	6	6.511	-
Outros ativos circulantes		98	986
TOTAL ATIVO DO CIRCULANTE		**7.966**	**8.423**
NÃO CIRCULANTE			
Ativo contratual	6	83.030	47.258
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**83.030**	**47.258**
TOTAL DO ATIVO		**90.996**	**55.681**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	1.060	2.509
Empréstimos e financiamentos	10	544	7.663
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		78	206
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	8.700	-
Provisão Constituição de Ativos	9	8.137	-
Outros passivos circulantes		47	28
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**18.566**	**10.406**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e Debentures	10	39.424	21.404
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.661	1.402
PIS e COFINS diferidos	11	3.273	1.725
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**45.358**	**24.531**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	4.075	4.075
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.787	8.787
Reserva de lucros		14.210	7.882
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**27.072**	**20.744**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**90.996**	**55.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	14	**40.859**	**42.801**
Custo operacionais	15	(32.320)	(34.190)
LUCRO BRUTO		**8.539**	**8.611**
Administrativas e gerais		(46)	(56)
DESPESAS OPERACIONAIS		**(46)**	**(56)**
RESULTADO OPERACIONAL		**8.493**	**8.555**
Despesa financeira		(520)	(18)
		(520)	**(18)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**7.973**	**8.537**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(386)	(102)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(1.259)	(1.318)
Lucro líquido do exercício		**6.328**	**7.117**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**6.328**	**7.117**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**6.328**	**7.117**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**6.328**	**7.117**
Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	10	3.839	1.010
Variação cambial		(2.239)	1.404
Custo de Captação		(144)	-
Remuneração dos ativos de contrato	6	(6.995)	(2.644)
Margem de construção	6	(3.098)	(7.588)
PIS e COFINS diferidos	11	1.548	1.621
IRPJ e CSLL diferidos	11	1.259	1.318
		498	**2.238**
Aumento nos ativos			
Ativo de contrato	6	(32.320)	(34.190)
Impostos a recuperar		(29)	-
Almoxarifado		(704)	-
Partes relacionadas		(109)	-
Outros ativos		887	(828)
		(32.275)	**(35.018)**
Aumento nos passivos			
Fornecedores	7	(1.449)	2.477
Obrigações sociais e trabalhistas		(128)	202
Provisão para constituição de Ativos		8.137	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	8.700	(750)
Outras obrigações		20	17
		15.280	**1.946**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(16.497)**	**(30.834)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	12	-	2.837
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	8.787
Captação de Empréstimos e debentures	10	36.500	20.000
Amortização do principal e juros	10	(27.055)	(860)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**9.445**	**30.764**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(7.052)**	**(70)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4	7.437	7.507
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4	385	7.437
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(7.052)**	**(70)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de	Reservas de lucros			
				Legal	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**1.238**	**-**	**38**	**727**	**-**	**2.003**
Aumento de capital	12	2.837	-	-	-	-	2.837
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.117	7.117
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.787	-	-	-	8.787
Reserva Legal	12	-	-	356	-	(356)	-
Reserva lucros a realizar	12	-	-	-	6.761	(6.761)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**4.075**	**8.787**	**394**	**7.488**	**-**	**20.744**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.328	6.328
Reserva Legal	12	-	-	316	-	(316)	-
Reserva lucros a realizar	12	-	-	-	6.012	(6.012)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**4.075**	**8.787**	**710**	**13.500**	**-**	**27.072**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita de Construção	35.418	41.778
Remuneração dos Ativos de Contrato	6.995	2.644
Receita Operacional	**42.413**	**44.422**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Máquinas e equipamentos	(12.328)	(18.970)
Pessoal	(415)	(68)
Material	(1.736)	(2.738)
Serviços de terceiros	(12.837)	(9.754)
Juros capitalizados	(3.822)	(1.311)
Tributos	(70)	(14)
Adiantamento a fornecedores	322	(570)
Software	(166)	-
Outros	(1.266)	(765)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(47)	(55)
	(32.365)	**(34.245)**
Valor adicionado bruto	**10.048**	**10.177**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**10.048**	**10.177**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**10.048**	**10.177**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.298	3.047
	3.298	**3.047**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	389	-
Outras	33	13
	422	**13**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do exercício	6.328	7.117
	6.328	**7.117**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**10.048**	**10.177**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A MEZ 4 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., que possui como controladora do grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2018 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N, Anexo Altura do número 1753 – Indianópolis, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 25/2018 - ANEEL, datado de 20 de setembro 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

SE 230/69 kV Cruz Alta 2 e seccionamento em 230 kV.

A Companhia entrou em operação teste em 30 de novembro de 2022 e posteriormente em operação comercial em 23 de dezembro de 2022.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 5.206 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA , no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da Concessão.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Capital Circulante Líquido – CCL: O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R$ 9.540 (R$ 1.983 negativo em 31 de dezembro de 2021). Os principais fatores deste cenário se deu em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, os adiantamentos de futuro aumento de capital que serão integralizados nos exercícios seguintes e os fornecedores em aberto.

A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos.

Nesse contexto, a visão da Companhia é de que seguindo o cronograma de projetos de energia além do iminente início da operação comercial das transmissoras, será avaliado as possibilidades a seguir: (i) emissão de novas dívidas de longo prazo e quitação dos empréstimos ponte de curto prazo, (ii) realização da gestão de caixa, realizando a equilização de capital dentro das Companhias do grupo para fins de cumprimento das obrigações com os devedores e (iii) aportes dos acionistas se necessário. A Administração considera que com o sucesso da implementação destas ações e início da operação e geração de receita, possui capacidade de continuar operando.

A Companhia encontrava-se em período pré operacional até novembro e durante esse período dependeu de aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda fucional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

(a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

(b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.

(c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 16 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resultado recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(i) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivoscom base nas análises efetuadas e na melhor estimativa

da administração.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15.

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment.*

2.8 Ativo de contrato e reconhecimento de receita

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.

- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

(i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

(ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,72 % ao ano.

(iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O

montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.11 Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.12 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.13 Encargos setoriais

a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c. Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras:

3.1 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.2 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.3 Novas normas e interpletações ainda não efetivas

O CPC publica novos pronunciamentos e revisa os pronunciamentos existentes, que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2023, a saber: • a classificação de passivos como circulante ou não circulante e a divulgação de políticas contábeis (alteração do IAS 1); • a definição de estimativas contábeis (alterações do CPC 23/IAS 8) • Imposto diferido relativo a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração do CPC 32/IAS 12). A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto da adoção desses novos pronunciamentos e não prevê nenhum impacto material em suas demonstrações financeiras quando esses novos pronunciamentos entrarem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	72	53
Aplicações financeiras em CDB	313	7.384
	385	**7.437**

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas de 82% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	313	1.108
XP Investimentos	-	5.730
Banco Banco do Brasil	-	17
Banco Bradesco		529
	313	**7.384**

5 Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	130	-
	130	**-**

Os valores a receber, referem-se as operações de nossa subestação que entrou em operação em dezembro 2022.

6 Ativo de Contrato

Refere-se ao ativo de contrato a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2021	Adições	Remuneração	Faturamento RAP	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2022
47.258	28.497	6.740	(130)	3.822	1.806	1.548	**89.541**

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	6.511	-
Não circulante	83.030	47.258
	89.541	**47.258**

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Faturamento RAP	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
2.836	32.879	2.548		1.311	6.063	1.621	**47.258**

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	-	-
Não circulante	47.258	2.836
	47.258	**2.836**

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

	31/12/2022	31/12/2021
Implementação de infraestrutura		
Receita de Construção	35.418	41.778
Custo de Construção	(32.320)	(34.190)
Margem	**3.098**	**7.588**
Margem de construção	**16,00%**	**16,00%**
Remuneração dos ativos da concessão	**6.995**	**2.644**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**10,72%**	**10,72%**

7 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.060	2.509
	1.060	**2.509**

(i) Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de materiais e serviços para a obra.

8 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores mencionados abaixo, são referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital e serão integralizados no exercício seguinte. Estes valores encontram-se classificados como instrumentos de dívida no passivo circulante pois não atende o critério de fixo por fixo.

Data	Valor
09 de Agosto de 2022	1.500
29 de Agosto de 2022	1.700
03 de Outubro de 2022	1.000
17 de Novembro de 2022	500
28 de Novembro de 2022	1.000
30 de Novembro de 2022	500
14 de Dezembro de 2022	1.500
26 de Dezembro de 2022	1.000
	8.700

9 Provisão para constituição de Ativos

O montante de R$8.137, refere-se a provisão dos gastos com a finalização da Obra da Subestação de Cruz Alta 2, que serão faturados no exercício seguinte.

10 Financiamentos

a. Composição

Instituiçãoes Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú - CCB	BRL	16/12/2022	Taxa = 3,50% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	-	7.248
Banco Bradesco - USD	BRL	31/05/2022	Taxa = 100% CDI + 3,25%	-	21.819
Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/01/2044	Taxa = IPCA + 7,2638	39.968	-
				39.968	**29.067**

b. Movimentação 2022

Instituiçãoes Financeiras	Saldos em 31/12/2021	Adições	Custo de captação	Variação cambial	Juros	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2022
Banco Itaú - CCB	7.248	-	-	-	177	(732)	(6.693)	-
Banco Bradesco - USD	21.819	-	-	(2.239)	50	(465)	(19.165)	-
Banco Itaú - Debêntures	-	36.500	(144)	-	3.612	-	-	39.968
	29.067	**36.500**	**(144)**	**(2.239)**	**3.839**	**(1.197)**	**(25.858)**	**39.968**

Debêntures Banco Itaú

A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú a debêntures CVM 476, não Conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,2638%, para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2023.*

O Pagamento dos juros e amortização do principal ocorre de forma semestral a se iniciar em 15 de julho de 2023.

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulante são os seguintes:

2023	544
2024	1.106
após 2024	38.318
	39.968

c. Garantias

	Instituiçãoes Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Garantias
MEZ 4	Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/01/2044	Taxa = IPCA + 7,2638	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro.; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.

11 Impostos diferidos

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	11.1	3.273	1.725
Imposto de renda e Contribuição social	11.2	2.661	1.402
		5.934	**3.127**

11.1 Pis e Cofins Diferidos

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	**1.725**	**103**
Receita de construção	35.418	41.778
Receita de Remuneração do ativo de contrato	6.995	2.644
Base de cálculo	**42.413**	**44.422**
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
PIS e COFINS diferidos	**1.548**	**1.620**
Saldo Final	**3.273**	**1.725**

11.2 Imposto de Renda e Contribuição social diferido

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados , de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32/ IAS 12.

A base de calculo do limposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato em 31 de dezembro de 2022 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

Composição:

	Passivo não circulante em 31/12/2022	Resultado em 31/12/2022	Passivo não circulante em 31/12/2022	Resultado em 31/12/2022
Saldo anterior	**1.402**	**-**	**84**	**-**
Base de cálculo IRPJ	3.269	3.269	3.424	3.424
Aliquota IRPJ	25%	25%	25%	25%
IRPJ diferido	**817**	**817**	**856**	**856**
Base de cálculo CSLL	4.904	4.904	5.136	5.136
Aliquota CSLL	9%	9%	9%	9%
CSLL diferido	**441**	**441**	**462**	**462**
Saldo em 31/12/2022	**2.661**	**1.259**	**1.402**	**1.318**

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é de R$ 4.075.056,75, dividido em 4.075.056 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada.
O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de açoes	R$ mil	% do capital social	Quantidade de açoes	R$ mil	% do capital social
Marcelo Macedo da Fonseca	187.754	188	6,00%	187.754	188	6,00%
MEZ T1 Transmissora e Participações Ltda.	3.714.046	3.714	91,15%	3.714.046	3.714	91,15%
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.	173.257	173	2,85%	173.257	173	2,85%
	4.075.057	**4.075**	**100%**	**4.075.057**	**4.075**	**100%**

b. Destinação do lucro

A destinação do lucro da Companhia,conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro do exercício	6.328	7.117
(-) Constituição da reserva Legal	(316)	(356)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	(6.012)	(6.761)
	-	-

Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo desta reserva é de R$ 672.

Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante desta reserva é de R$ 12.773.

13 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia possui saldo com partes relacionadas de R$109. Este saldo refere-se ao compartilhamento de despesas amparado pela RN 699 ANEEL

14 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	35.418	41.778
Remuneração dos Ativos de Contrato	6.995	2.644
	42.413	**44.422**
(-) PIS sobre Receitas - corrente	(1)	-
(-) COFINS sobre Receita - corrente	(4)	-
(-) PIS sobre Receita - diferido	(276)	(289)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(1.272)	(1.332)
(-) Encargos regulatórios	(1)	-
	(1.554)	**(1.621)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**40.859**	**42.801**

15 Custo de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	12.328	18.970
Pessoal	415	68
Material	1.736	2.738
Serviços de terceiros	12.837	9.753
Juros capitalizados	3.822	1.311
Tributos	70	14
Adiantamento a fornecedores	(322)	570
Software	166	-
Outros	1.268	766
	32.320	**34.190**

16 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	1.191	346
Faturamento	130	-
Outras	(114)	25
Base de cálculo	**1.207**	**371**
Aliquota IRPJ 25%	278	69
IRPJ	**278**	**69**
Aliquota CSLL 9%	109	33
CSLL	**109**	**33**
	386	**102**

17 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(iv) Risco de crédito.

(v) Risco de mercado.

(vi) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

(i) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Contas a receber - Ativo de Contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das

concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

(ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	313	Queda da taxa CDI	39	29	19

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	-25%	-50%
CDI %	12,33%	9,25%	6,17%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,33% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Debêntures	39.968	Aumento do IPCA	2.314	2.893	3.471

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	25%	50%
IPCA %	5,79%	7,24%	8,69%

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

(iii) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Ativos Financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivos Financeiros
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

			31/12/2022		31/12/22021	
	Nível	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo através do resultado:						
Caixas e equivalentes de caixa	2	4	385	385	7.437	7.437
Contas a receber	2	5				
Passivos Financeiros						
Custo amortizado:						
Fornecedores	-	7	1.060	1.060	2.509	2.509
Empréstimos e financiamentos	-	10	39.968	39.968	29.068	29.068

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

18 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

* Os valores abaixo referentes a valor segurado e valor do prêmio estão apresentados em Reais.

Descrição da garantia	
Seguradora:	Pottencial Seguradora S.A.
Apólice:	'03069201899077502340730000
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R$ 2.926.050,00
Valor do prêmio*:	R$ 70.350,00
Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023

Seguradora:	Pottencial Seguradora S.A.
Apólice:	'03069201899077502340730000
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Responsabilidade civil
Valor segurado*:	R$ 2.926.050,00
Valor do prêmio*:	R$ 70.350,00
Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023

19 Compromissos assumidos

Contrato de EPC - Em 04 de Janeiro de 2021 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 4 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde a contratada assume a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do Contrato é de R$9.088.

Contador
Pablo Fernandes da Silva
CPF: 376.870.978-74
CRC: 1SP 292416/O-3

CEO
Mauricio Zarzur
CPF: 367.159.508-65

CFO
Thiago Pereira Gontad
CPF: 415.189.398-99